

Das representações dos PALOP em Portugal à importância da educação para os media

Alcina Dourado*

Resumo

Existe um jogo muito comum entre as crianças em que uma pergunta à outra nomes de animais, plantas ou até marcas de automóveis começadas pelas diferentes letras do alfabeto. O que acontece quando se pergunta nomes de países começados por A? Até uma determinada faixa etária é muito provável ouvir-se África como resposta. Isto é indiciador de uma forma de ver o mundo. Neste caso, dezenas de países são eclipsados e reduzidos a um só continente. Naturalmente esta resposta vai mudando à medida que os jogadores crescem, mas tal constatação deixa uma questão no ar: porque razão se identifica esta tendência para reduzir tantos países, povos, culturas, ... a um denominador comum: o continente africano? Neste texto, procurar-se-á encontrar resposta a esta questão, através do recurso aos resultados de um estudo desenvolvido entre Março e Maio de 1999 pela análise de dois jornais televisivos portugueses de dois canais concorrenciais, um público e outro privado.

Palavras-chave: educação para os *media*, escola paralela, meios de comunicação social, países africanos lusófonos, televisão

Do sensacionalismo à informação espectáculo

As imagens de sofrimento de povos em guerra, famintos ou doentes, que os telespectadores vêm nos ecrãs de televisão (e que actualmente ainda são multiplicadas quase até à exaustão) eram o grande filão dos meios de comunicação social, pelo menos até há poucos anos. No domínio do marketing, estas imagens constituem-se como um produto tão vendável como outro qualquer quando o que importa é conquistar audiências.

Ao jantar, na hora do jornal televisivo, é comum assistir à exibição de crianças subnutridas, miséria e morte. No início, nada podia escandalizar mais os telespectadores, de garfo suspenso sobre a refeição familiar. A reacção imediata tendia para a comisseração que se reflectia na ajuda pontual de emergência, essencialmente médica e alimentar... e pouco mais. Os problemas das populações em risco continuavam. Entretanto, as imagens de sofrimento desapareciam e eram substituídas

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal | adourado@ese.ips.pt

por outras manchetes. A banalização deste tipo de imagens conduziu a uma saturação dos públicos e outros assuntos preencheram as agendas dos jornais. O escândalo deu lugar à indiferença e, actualmente, apesar de este tipo de imagens ainda proliferar nos ecrãs de televisão, em particular nalguns media de teor mais sensacionalista, já praticamente não há reacção, numa espécie de ‘fadiga do telespectador’ – a par com a denominada ‘fadiga do doador’¹.

A televisão, à semelhança dos restantes meios de comunicação de massa, tende a reduzir ou a amplificar determinadas imagens e conceitos, como é o caso de um continente que se vê reduzido ao papel de uns poucos que surgem, nem sempre pelas melhores razões, nos jornais televisivos dos países ocidentais. Não há melhor e mais fértil terreno para o desenvolvimento de estereótipos. Mas o certo é que o funcionamento do sistema mediático em que obrigatoriamente o telespectador se vê inserido não é tão simples e linear como parece e há razões que ajudam a explicar esta constatação.

Do outro lado do ecrã

Para além das razões históricas, políticas e sociais que devem ser tidas em conta na clarificação dos termos comumente aceites de ‘dependência’ e ‘subdesenvolvimento’ – e que dão origem às tradicionais desigualdades entre países pobres e países ricos, entre o norte e o sul, o este e o oeste –, as agendas e redacções noticiosas definem os acontecimentos do mundo com base em critérios jornalísticos que enfatizam e hipervalorizam as desigualdades. Ao mesmo tempo, criam a ilusão de que o consumidor de *media* fica informado e sabe tudo o que se passa por esse mundo fora.

Nada mais errado. Há outras realidades que antropólogos, sociólogos e historiadores conhecem muito bem. O problema é que não são ‘imagens choque’ e, portanto, segundo a lógica e critérios da média, não se vendem – e não ajudam a vender. Se, por um lado, estão os interesses do público frente ao ecrã, é preciso não esquecer que os *media* dependem em grande medida das receitas publicitárias pelo que, do outro lado, estão os interesses dos anunciantes.

No contexto actual, os jornalistas tendem a não explicar nem contextualizar a realidade destes povos, de modo a que se possa valorizar outras formas de ser, agir e pensar. Há várias razões explicativas para tal facto, para além dos já enunciados critérios jornalísticos: tendência para a concentração e nascimento de grandes empresas de comunicação, incluindo agências de informação, aumento da mão-de-obra no ramo do jornalismo, desenvolvimento das tecnologias – o que contribuiu para a diminuição do número de profissionais especializados –, diminuição da remuneração, orientação e gestão mercantilista dos media, aumento do número de agências de comunicação especializadas em relações públicas, etc. Para aprofundar a realidade retratada nas notícias, por vezes explicadas em menos de três minutos, é

¹ Termo introduzido por Kofi Annan, antigo Secretário Geral das Nações Unidas.

necessário ter tempo, espaço e dinheiro. Os jornais televisivos, por exemplo, dispõem de cerca de 50 minutos em média para pôr o telespectador a par das últimas novidades. Com a ajuda de critérios específicos tenta-se reduzir o caos de acontecimentos mundiais a uma mão cheia de notícias, entrevistas, peças e reportagens. Quem vê o resultado julga-se actualizado, mas tal não é verdade. Aquilo que as mensagens televisivas transmitem não é a realidade, mas apenas uma visão muito própria e reduzida daquilo que, de facto, aconteceu.

É claro que há um esforço visível de alterar esta situação através de reportagens aprofundadas e documentários (que são apresentados fora do jornal televisivo, devido à sua duração – superior aos tais três minutos), a par de canais televisivos ou radiofónicos especializados e programas específicos. Mas são excepções que apenas confirmam a regra. Basta atentar à generalidade dos documentários com reduzida audiência quando a sua transmissão é feita a horas tardias ou porque são distribuídos apenas nos canais por cabo. Unicamente porque se considera que o único público passível de interessar é apenas o próprio retratado: o africano. Para alterar esta situação, há que mudar mentalidades estimulando a educação para os *media* e aumentando o estudo e análise dos bastidores do processo de fabricação das notícias de modo a fomentar o aumento da participação do cidadão. Mas não só: é preciso educar para o desenvolvimento, alertando para outras realidades e necessidades dos povos que apenas são notícia quando há más notícias.

A outra face do continente africano

Mas enquanto tal não acontece, que imagem recebe o telespectador dos países africanos, em particular dos países de língua portuguesa? Acreditando no que a televisão apresenta, não muito boa. É claro que uma notícia é sempre uma notícia, qualquer que seja o seu conteúdo. E se obedecer aos critérios de noticiabilidade (actualidade, proeminência, proximidade) deverá ser transmitida, ainda que não favoreça a imagem dos seus intervenientes – há que não confundir o jornalismo com relações públicas. Mas certos pormenores escapam ao olhar do público e fazem toda a diferença.

Uma notícia do jornal televisivo é, afinal, uma história contada por um jornalista que trabalha com som e imagens em movimento. Tal como todas as histórias, tem personagens (ou actores) com objectivos específicos, obstáculos e soluções, acção, emoção e cenários, onde tudo se desenrola. Mas a história é apresentada por capítulos, desigualmente divididos ao longo do tempo. O receptor da sua mensagem nem sempre segue todos os capítulos, nem sempre está atento aos contornos da história e por isso precisa que tal lhe seja explicado. Desta forma, o jornalista fornece (ou deveria fornecer) o enquadramento do acontecimento dando forma a uma determinada representação da realidade. Quando conta uma história, o seu narrador faz uma selecção dos factos, ordena-os dando mais importância a uns do que a outros, adopta uma determinada perspectiva ajudando, dessa forma, a dar uma interpre-

tação possível (entre muitas) aos factos que reuniu no seu relato. Ora, contar uma história nos meios de comunicação de massa, como é o caso da televisão, para além da divulgação propriamente dita, amplifica as suas consequências.

Por mais objectivo que o jornalista procure ser, a notícia/história que fez reflecte sempre uma forma muito própria de ver o mundo influenciando o seu destinatário, ou seja, o telespectador. Por exemplo, os planos usados na filmagem, as fontes de iluminação, o ângulo de tomada da imagem, a sua duração e o som, apenas para citar alguns aspectos, dão coordenadas de como o autor da notícia vê o acontecimento. No mundo da televisão a imagem é o grande trunfo. A palavra e o texto são elementos acessórios, usados para definir o contexto do acontecimento. O que importa, no fundo, é mostrar a acção ou as suas consequências. Quem observa fica limitado às características do meio propriamente dito e à margem de manobra que o autor da notícia concede e que é, em geral, muito pequena. No caso em apreço, a televisão é um electrodoméstico, mas não é um equipamento qualquer. Trata-se de um suporte para a comunicação em massa, atractivo e de grande impacto. No seu ecrã desfilam imagens com grande rapidez, que se repetem e não implicam grande esforço interpretativo por parte do espectador que se assume como um sujeito passivo, sem tempo e até sem disposição ou interesse em reflectir ou criticar o que vê.

Assim, é relativamente fácil chegar à conclusão de que os países do continente africano, por exemplo, vivem em constante crise e conflito (salvo honrosas excepções), sendo incapazes de se auto-gerir e desenvolver – pelo menos, no sentido que os países ocidentais dão à palavra desenvolvimento. Afinal, no que lhes diz respeito, o que se vê nos jornais televisivos? Catástrofes naturais, acidentes, confrontos, guerras e guerrilhas, e suas terríveis consequências: fomes, doenças, analfabetismo, pobreza, subdesenvolvimento, imigração, etc. De facto, para o telespectador que não se pode deslocar e verificar *in loco* o que se passa, como na quase totalidade dos receptores deste tipo de mensagens, a imagem com que fica não é das melhores.

Os factos são aquilo que nós os fazemos ser (Mesquita, 1997)

No entanto, há uma outra face da realidade que a comunicação não relata ou, se o faz, o resultado deixa muito a desejar. Trata-se das boas notícias (muito em voga devido ao recém-introduzido conceito do jornalismo do cidadão) e do contexto em que os factos se dão. Ou seja, a cultura de um povo, as suas vivências, os seus hábitos, tudo aquilo que habitualmente se desenrola sem incidentes e não tende a originar notícias com previsão de audiência por parte da média. Um dos problemas é que se trata de processos longos, que é necessário acompanhar para compreender na sua totalidade e que resultam em imagens com pouco impacto, sem espectacularidade, sem mortos nem violência. Por outro lado, é necessário estar envolvido e ser aceite pela comunidade. Na generalidade, as televisões não têm tempo, os anunciantes normalmente não se interessam e o jornalista, *freelancer* ou não, tem dificuldades – nomeadamente

financeiras – em avançar para tal empreitada. Isto apesar de envolver géneros jornalísticos bem mais apelativos e ao gosto do jornalista, tais como as reportagens e entrevistas, e mesmo que venha a provar-se que o público possa vir a interessar-se pelas histórias e a arranjar tempo para se informar sobre um rosto mais verdadeiro e potencialmente mais positivo dos países menos desenvolvidos. Mais uma vez não se trata de uma operação plástica para melhorar a imagem desses países, mas apenas de mostrar o que esses países, povos e continentes são de facto.

Quando foi a última vez em que um noticiário apresentou uma notícia sobre a instauração de uma eficiente rede de parteiras no interior de um qualquer país pobre? E sobre a construção de uma escola sem apoios ou ajudas exteriores? Ou o porquê do sucesso económico de um país baseado em critérios distintos dos ocidentais? Precisamente porque há uma tendência generalizada de olhar o mundo segundo os padrões próprios da cultura de cada um e de cada povo, em particular se as empresas de comunicação social de massas dominarem o espectro mediático. Tal não é censurável. O que pode ser digno de crítica reside no facto de, tendo por base critérios sensacionalistas e mercantilistas da informação, os *media* não apresentarem outras formas, alternativas e diferentes de ver o mundo, conduzindo desta forma a uma leitura única e inexpugnável, com todos os riscos que esse tipo de leituras acarreta e de que já deu provas no passado.

Acresce que não são muitas as estações televisivas que têm capacidade para cobrir os factos nos lugares mais recônditos do planeta, em particular numa qualquer cidade africana. O poder dos *media* reside na sua capacidade de estar a par dos acontecimentos, se possível antecipá-los, o que depende em grande medida da teia de jornalistas (colaboradores ou correspondentes) colocados estrategicamente junto das fontes mais credíveis, bem como daquelas que previsivelmente fornecem matéria noticiosa em maior quantidade e qualidade obtida da forma mais acessível e rápida possível. Facilmente se conclui que a credibilidade está do lado daqueles que acedem aos *media* e que detêm posições ou cargos de relevo.

Acrescente-se a tudo isto o factor repetição, isto é, mostrar sempre o mesmo tipo de imagens relativas a um determinado tema, da mesma forma, encaixando-as em esteótipos e categorias negativas, ignorando tudo aquilo que se possa constituir como mais-valia para o assunto em questão ao contextualizar os acontecimentos mostrando os ‘comos’ e os ‘porquês’ da história. O resultado pode ser uma visão negra e pessimista dos países e povos em foco, em particular dos países ditos subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Esta visão é muito difícil de alterar, já que se instala ao nível das mentalidades reproduzindo-se culturalmente através de gerações.

Aprender a ver

Uma forma de fazer face a esta realidade é investir no ensino. A este nível existem várias tendências, como é o caso da escola paralela que integra, entre outros con-

ceitos, a educação para os *media*. Estudar os meios de comunicação social pode ser uma resposta (entre outras) para a crise de cidadania e a indiferença geral face ao papel condicionador das imagens televisivas. Em especial no que respeita ao tratamento dado aos povos africanos.

Tornar presente o que está ausente, mostrando, é uma função comum à totalidade dos meios de comunicação, sejam eles a rádio, jornais, revistas, internet, fotografia, televisão. Cada um fá-lo à sua maneira, claro. Quer porque estão condicionados às características próprias de cada meio, quer porque variadíssimos aspectos moldam as mensagens de tal forma que uma mesma notícia relatada em meios diferentes ou concorrenciais ganha contornos opostos. Para uns a garrafa pode estar ‘meio cheia’, para outros já está ‘meio vazia’. Devido à subtilidade das técnicas usadas, este aspecto passa despercebido à maioria do público. A frequência e intensidade deste tipo de tratamento em relação aos programas ou secções noticiosas, mas principalmente em relação às notícias propriamente ditas, diferencia cada meio em relação aos outros – para além da grafia, paginação, tipo de música, etc. A gravidade deste facto prende-se com o conjunto de estereótipos e preconceitos que saem reforçados. De facto, uma quase imperceptível mudança no alinhamento de um bloco noticioso tende a produzir diferentes reacções e interpretações em relação ao conteúdo informativo.

Nada disto é recente. Segundo Nobre Correia, num artigo publicado no jornal Expresso, o fenómeno data dos anos 60. Nesta época, a crise económica e a desmopolização do sector audiovisual criaram entraves ao ‘papel primordial’ (da imprensa). “(...) durante século e meio: levar os leitores a ser eleitores, inseri-los na vida da ‘cidade’. Fazê-los assumir o estatuto de cidadãos (...). A exacerbação da concorrência levou os *media* a acentuar a ‘espectacularização’ da informação, propondo aos leitores, ouvintes ou espectadores uma imagem susceptível de fazer vir ao de cima sentimentos de intolerância, de xenofobia e de racismo.” (Nobre Correia, 1996) E isto porque, “concebida em redor de acontecimentos fortes, de modo a atrair leitores, a imprensa filha da era industrial privilegia as fracturas, as rupturas, as confrontações e tudo o que é de natureza disfuncional em relação à sociedade. Em período de crise económica e social, os grupos alóctones² constituem um alvo favorável ao exercício de tal concepção da informação, fazendo desses grupos os principais factores de ‘disfuncionalidade’. Grupos cuja presença nos *media* passa a ser, antes de mais, fruto de acções do foro penal” (Nobre Correia, 1996). Esta é “uma forma de tratamento da informação que passa assim a constituir um factor de exclusão dos grupos alóctones da sociedade onde vivem” (Nobre Correia, 1996). Para além de ajudar a moldar concepções relativas a outras culturas e povos.

Foi também nos anos 60 que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tomou consciência deste facto e tentou enveredar

² Alóctones – que não é originário do país onde vive; formado fora do lugar em que se encontra. (Do grego állos, «diferente» + khthôn, «país»). Por oposição a Autóctone – nascido na própria terra em que habita; aborigene; indígena in Dicionário da Língua Portuguesa.

pelo estudo dos *media* inserido numa nova forma de ensinar, a chamada escola paralela. Isto numa altura em que os meios de comunicação social eram vistos como a solução para os problemas de alfabetização dos países do terceiro mundo, já que pareciam ter possibilidades educativas não exploradas e quase infinitas. Apesar de identificada com todo o universo cultural quotidiano, a escola paralela incide essencialmente sobre os fins da comunidade tal como Keval-J. Kumar os enunciou. A partir do estudo dos esforços dos países em vias de desenvolvimento (PVD), este autor afirma que os fins da comunidade passam a ser “o desenvolvimento e a libertação da comunidade como um todo em vez da promoção de indivíduos autónomos ou de adultos avisados, ou mesmo a protecção dos indivíduos contra o poder de manipulação dos *media*” (Gonnet). Isto é verdade para os países africanos que são tradicionalmente vistos como países em constante ebulição, segundo as notícias sensacionalistas de abertura dos noticiários ou de primeira página veiculadas pelos *media* sobre catástrofes naturais, guerra, fome e epidemias. Este facto relega para as páginas interiores (ou reportagens colocadas muito depois do horário nobre) o trabalho de investigação e contextualização dos problemas e soluções desses mesmos países. Ou seja, são poucos os que conhecem a outra face do continente africano.

A gravidade desta questão é mais relevante no que se refere à televisão, por se tratar de um meio de comunicação social que define desde as rotinas diárias até às conversas de café, ajudando de forma determinante a construção da teia da vida social. Através do ecrã, o consumidor de imagens toma contacto com outras realidades, culturas e referências informativas. Essa sua experiência condiciona todas as outras, interferindo directamente no modo de apreender a realidade e de ver os outros. É por isso que é importante aprender a ver a televisão para aprender a ver os outros, como cidadão activo e consciente do seu papel.

O que a televisão nos faz ou o que podemos nós fazer com a televisão

Para o *homo media* a informação equivale a mercadoria, que se transacciona, exporta ou armazena como outro bem qualquer. Actualmente, deter informação significa deter a capacidade de mudar o curso dos acontecimentos, de preferência em favor próprio. Deixou de ser apenas um valor cultural, capaz de trazer à tona a riqueza multicultural dos povos e dos cidadãos. Deter ou aceder à informação passou a ser o factor condicionador mais importante da chamada ‘infoexclusão’, ou seja, todo aquele que é incapaz de aceder ou servir-se de dados através das tecnologias da informação auto-exclui-se da sociedade, ainda que involuntariamente, perdendo a capacidade de interagir com os outros como cidadão de pleno direito. O direito à informação está consagrado (recentemente) no 20º Artigo da Constituição Portuguesa, o que só demonstra a sua importância. Infelizmente, nem todos estão em condições de usufruir desse direito. Na generalidade dos casos, a escola é capaz de dotar os indivíduos dos instrumentos necessários para o exercício da cidadania activa e

efectiva, já que “é o primeiro lugar de igualdade democrática dos cidadãos” (Abrantes, 1994). Mas a introdução dos meios de comunicação social no processo de socialização de crianças e jovens pode ajudar a espinhosa tarefa da instituição escolar, desde o ensino básico em diante.

Tradicionalmente, neste processo, apenas a escola e a família detinham um papel activo. Era a chamada educação formal em sala de aula, a par com os pais e a família alargada de há algumas décadas. Mas, quase sem se dar por isso, os *media* entraram em cada um dos lares e passaram a constituir um terceiro e poderoso agente na socialização de tal forma que, a certa altura, os profissionais do ensino se insurgiram contra este intruso. À cabeça dos *media* estava a televisão, o mais poderoso dentre os meios considerados tradicionais: rádio, jornais e revistas. A imagem em movimento era (e continua a ser) o seu maior trunfo. Originário da língua grega, o termo televisão significa ver longe e resulta da união entre o grego *têle* ou longe e o português visão. Ou seja, por definição avançada pelo Dicionário da Língua Portuguesa, televisão é um “processo de comunicação à distância de imagens animadas ou fixas, (...) prolongamento da vista e da audição à distância”.

As suas potencialidades são imensas. “A imagem, gravada ou filmada no mundo real, permite aproximar do telespectador fenómenos que não são acessíveis à sua experiência directa (...) ou porque são locais longínquos, demasiado grandes ou pequenos, novas perspectivas, orientar a atenção do telespectador para pormenores, ajudar a estabelecer relações, salientar semelhanças e diferenças ou aproximar acontecimentos física e temporalmente distantes entre si, revelar actividades demasiado rápidas ou comprimir acontecimentos demasiado lentos” (Brederode Santos, 1991). E tudo isto através de um conjunto de técnicas passíveis de serem apreendidas e usadas por qualquer pessoa, desde que possua uma câmara de filmar.

Parece demasiado simples para ser verdade. De facto, a televisão é um dos mundos mais complexos, dinâmicos e transversais da actualidade e granjeia tantos elogios como críticas.

O mundo não cabe na televisão

A ‘teledependência’, a violência gratuita (que muitos afirmam condicionadora do comportamento dos mais jovens), a passividade, a ausência de diálogo e a cultura visual são só alguns dos aspectos que caracterizam o discurso dos ‘telecéticos’. Segundo José Carlos Abrantes, investigador na área da Educação para os Media (EM), “os números referentes ao nosso país [Portugal] apontam para um consumo diário médio de quatro horas frente aos ecrãs. Nos outros lazeres (cinema, desporto, leitura), os portugueses ocupam, em média, cerca de 30 minutos/dia”. (Abrantes, 1994) Estes valores são preocupantes, em especial porque, na prática, e ao contrário do que se poderia pensar, a tarefa dos educadores era dificultada pelas aprendizagens televisivas. A escola tendia a fechar-se ao exterior e a menosprezar tudo o que

se passava no pequeno ecrã. Assistiu-se, entretanto, a uma tímida inversão desta tendência, em especial porque o vídeo (e actualmente o DVD) permite transformar a televisão em instrumento de ensino, ajudando a demonstrar, exemplificar, descrever; no fundo, ajudando o professor a ensinar. Após a introdução e posterior desaparecimento do conceito de telescola, esta situação tem vindo a ser alterada devido à forte presença e influência da internet que, para além do chamado *e-learning*, tem vindo a servir-se das potencialidades dos diferentes tipos de *mass media* para continuar a conquistar novos aderentes e a oferecer novas oportunidades. É o caso da partilha de vídeos, música e textos, até à possibilidade de aceder à internet em qualquer local e momento a partir de um vulgar telemóvel. Situação que tem vindo a receber *inputs* consideráveis a partir do momento em que a designada *web 2.0* permitiu ao comum utilizador da internet aceder a programas informáticos de acesso gratuito e que facilitam a realização das tarefas inerentes à produção, alojamento e divulgação dos mais diversos conteúdos. O jornalismo do cidadão conheceu um avanço considerável logo após a introdução de mais esta inovação.

Mas não só. Várias instituições internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) alertaram para a necessidade urgente de olhar para os *media* como objecto de estudo. Ou seja, fomentar a educação para os *media*. Esta expressão refere-se ao “conjunto dos modos de estudar, aprender e ensinar, a todos os níveis e em todas as circunstâncias, a história, a produção, a utilização e a avaliação dos *media*, enquanto artes práticas e técnicas, assim como o lugar que eles ocupam nas nossas sociedades, contemplando, nomeadamente, o seu impacte social, as implicações da comunidade mediatizada, a participação do modo de percepção por eles gerada, o papel do trabalho criador, bem como o acesso aos *media*”. (Pinto, 1988) No fundo, trata-se de fomentar a chamada ‘medialfabetização’ (ou alfabetização para os *media*). Para além da técnica, é preciso descobrir e compreender os procedimentos por detrás do ecrã, do aparelho de rádio e da página de jornal. É necessário aprender a falar a mesma linguagem que os profissionais de comunicação para, de alguma forma, dominar ou, pelo menos, atenuar a crescente influência dos *mass media* e inclusivamente participar como cidadão consciente e responsável na vida da sociedade. Enfim, aprender a dominar códigos e convenções da sua linguagem para desconstruir as realidades sociais que os *media* constroem e apresentam.

Isto é fundamental já que, contrariamente ao que muitos possam pensar, a televisão não é transparente, nem mostra a realidade e os factos tal qual eles acontecem. O mundo não cabe na televisão. Este meio de comunicação social apenas dá a conhecer uma perspectiva dos acontecimentos, uma escolha discutível entre muitos olhares possíveis. Por norma, o telespectador assiste sem contextualização, sem mediação e sem meios para agir ou reagir. Aqui, a vantagem da internet reside na possibilidade de o utilizador poder procurar, ao seu próprio ritmo e de acordo com os seus interesses, informação adicional, o que não significa que este meio não esteja imune

quer a críticas quer a perigos. Actualmente, advoga-se a necessidade premente de pugnar pela EM incluindo a internet.

A EM afirma-se como uma solução possível para desmistificar um conjunto de meios que constroem a realidade, já que fornece instrumentos de compreensão e acção ao cidadão comum. Este aspecto é ainda mais importante quando esta nova vertente de aprendizagem no meio escolar é integrada na escola paralela. Semelhante expressão foi criada por Louis Porcher e divulgada por Georges Friemann no jornal *Le Monde*, em 1966. Na prática define-se pelo conjunto de mensagens e dados que as crianças recebem fora da escola e em que os meios de comunicação social desempenham um papel essencial. Assim, surgem expressões tão em voga como educação para o desenvolvimento, educação para a cidadania, educação multicultural, educação para o consumo e educação ambiental, entre outras.

Apesar de voltadas para diferentes aspectos da vida quotidiana, os objectivos básicos são comuns: desenvolvimento do pensamento crítico e consciência social, formação do cidadão, combate à iliteracia, info-exclusão e exclusão social, bem como possibilitar o exercício de direitos dos cidadãos, levando-os à participação nos processos de que são alvo, como é o caso dos *mass media*.

O que mostram os noticiários da televisão sobre o africano falante de português?

Analisar contextos específicos de representação da realidade nos *media* é uma estratégia muito útil quando se procura desmistificar determinadas ideias pré-concebidas, designadamente em relação à imagem dos cidadãos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Leonardo Júnior, jornalista, afirma que “hoje em dia há mais notícias sobre países lusófonos na imprensa portuguesa, notícias essas feitas por jornalista africanos” (Júnior, 1999). Mas, num passado muito recente, “os jornalistas africanos, sob o controlo político dos seus governos, chegam a citar agências internacionais para noticiarem um acontecimento nacional. Os países do terceiro mundo queixam-se de merecerem pouca atenção no conjunto das notícias postas a circular pelas poderosas agências de informação ocidentais. Só as notícias más, quando referentes a esses países, é que circulam, a bem da velha máxima de que ‘good news is bad news’ (...)” (Júnior, 1999).

Num estudo de mestrado (Dourado, 2000) procedeu-se de Março a Maio de 1999 à análise de dois jornais televisivos (JT) portugueses: *Telejornal - RTP1* (estação pública) e *Jornal da Noite - SIC* (estação privada). O objectivo era o de determinar a existência de um perfil de televisão a preto e branco, isto é, qual a imagem dominante dos retratados nos noticiários em questão. Isto a partir da identificação das imagens dos países africanos lusófonos nos jornais televisivos portugueses da época. No total, nos dois canais emissores audiovisuais portugueses analisou-se durante 92 dias consecutivos um total de 183 emissões de jornais televisivos de ambos os canais. Cerca de 127 horas de emissão traduziram-se em 140 referências coligidas e transcritas, mas apenas 26 referências estudadas ao pormenor.

As conclusões apontam para o domínio de palavras como ‘cooperação’ e ‘ajuda’ nas referências dos jornalistas portugueses durante os três meses analisados nos dois principais canais de televisão portuguesa (à época). Entretanto, menosprezam-se os traços distintivos dos povos dos PALOP, em particular no que diz respeito a termos relativos à cultura e respectivas manifestações. Quanto às notícias de abertura não há quaisquer dúvidas: os acontecimentos relativos a confrontos e a questões políticas são valorizados em qualquer um dos canais televisivos (ex: guerra em Angola e golpe de estado na Guiné-Bissau). Verifica-se que não há um efectivo acompanhar dos factos, mas apenas pequenas notícias, muito curtas e secas, sem grandes desenvolvimentos através de géneros jornalísticos que dão ênfase aos espaços de contextualização, tal como o comentário e a entrevista.

As notícias que abrem os blocos noticiosos tendem quase sempre a produzir ressonância nos dias seguintes implicando a divulgação de referências que lhe estão directa ou indirectamente associadas (consequências, implicações) e que permitem um trabalho de investigação mais profundo do que no período de desinteresse dos *media* (o que não coincide necessariamente com o desinteresse do telespectador). Verifica-se a sobrevalorização das imagens de guerra e violência e a vizinhança - de uma forma aparentemente natural - num mesmo alinhamento noticioso de peças jornalísticas de teor muito diferenciado e que na realidade não o são, facilitando o processo de associação de ideias, nem sempre de teor positivo. Neste estudo identificaram-se ainda diferentes critérios de valorização das notícias, já que, ao comparar os alinhamentos adoptados por ambas as estações televisivas, é visível uma saudável tendência para dar importância diferente aos mesmos factos. No entanto, não é difícil para o telespectador tomar partido por um dos intervenientes numa determinada situação, ou porque apenas um dos lados foi noticiado ou porque a perspectiva apresentada não é das melhores, já que tenderá a denegrir a imagem de uma das partes em conflito.

Identificou-se ainda um *déficit* de espaços e tempos próprios para a explicação mais pormenorizada dos factos funcionando ainda como desencorajador de possível pesquisa futura, com o intuito de aprofundar os factos conhecidos ou de os apresentar sob um outro olhar jornalístico. Assim, é difícil encontrar respostas às questões mais complexas que o pivô geralmente não pode dar durante o período de emissão do JT: os ‘comos’ e os ‘porquês’ dos acontecimentos. O círculo é vicioso: se o pivô não o faz, o telespectador não se esforça por exigí-lo e a situação tende a perpetuar-se. Mantém-se, em ambos os canais, o uso de palavras e imagens simbólicas, de fácil identificação e tradução para o telespectador e que remetem para referentes próprios dos PALOP. É o caso das bandeiras, mapas, fotografias de intervenientes e imagens retiradas do seu contexto, mas que são consideradas capazes de o ilustrar.

Devido ao conhecimento superficial da realidade um punhado de países arrasta consigo a imagem de todo um continente rico em diversidade – particularmente cultural, histórica e social. Esta afirmação assenta, naturalmente, no facto de que os países mais representados nos ecrãs de televisão são nações que vivem grandes difi-

culdades de diversa ordem despoletando o interesse dos *media* devido a acontecimentos ‘irruptivos’ e com interesse icónico. Esta situação é passível de alteração com a inclusão de referências que não se reportam tanto a acontecimentos, mas a processos e, portanto, de desenvolvimento mais longo e cujo interesse jornalístico só se torna perceptível após um certo período de ‘fermentação’, quando um determinado aspecto desse processo emerge e capta o interesse de um jornalista no local. Ou seja, implica que o jornalista já esteja familiarizado com o ambiente do país onde se encontra e aprenda a valorizar e a conhecer mais profundamente determinadas situações que, normalmente, não dão origem a acontecimentos que passem no crivo do *gate-keeping*. Ora, esta é uma das razões que inibem a possibilidade de olhar os países do continente africano com outros olhos: esta incapacidade de permanecer e deixar-se envolver pelas comunidades locais, sem ser obrigado a escolher entre ver África com olhos portugueses em Portugal ou, ao invés, com o olhar dos africanos no seu continente. Pelas conclusões do estudo em causa, parece não haver dúvidas que nos JT das duas emissoras portuguesas analisadas predomina ainda um olhar excessivamente português, naturalmente condicionado pelos seus traços culturais e históricos.

Outra conclusão a destacar é a inexistência de normalidade noticiosa, mas sim má cobertura noticiosa, desinteresse generalizado por temáticas marginais aos critérios jornalísticos tradicionais e sobrevalorização dos assuntos que dizem respeito ao país sede dos meios de comunicação social. Através desta hipervalorização da fonte oficial ou oficiosa em detrimento da auscultação de fontes locais, Portugal está quase omnipresente, dado que é possível encontrar indícios da sua presença em praticamente todas as referências de ambos os canais, sendo que a visita de um político ou a ajuda externa são razões comuns para produzir referências noticiosas. Desta forma, ao telespectador são dadas poucas oportunidades de aprender algo novo sobre outros países ao assistir a um bloco noticioso. Perde necessariamente a visão de conjunto ou do contexto em que os acontecimentos se sucedem, embora possa alegar estar informado sobre os factos que lhe foram apresentados enquanto denominadores comuns informativos.

Algumas das referências mais interessantes, contextualizadoras e positivas relativamente aos PALOP acabaram por ser classificadas no domínio das curiosidades ou *fait-divers* (por exemplo, as festividades), enquanto os destaques incidiam, sobretudo, nos fenómenos ‘irruptivos’ essencialmente negativos, como é o caso dos conflitos e, portanto, pontuais, além de serem anormais relativamente à realidade observável *in loco*. No primeiro caso, notícias sobre os trajes típicos ou o interesse desmesurado por um clube de futebol, no segundo caso, notícias sobre guerras que, regra geral, dão o mote para (poucos) trabalhos de desenvolvimento ou *follow up*, em forma de reportagens ou entrevistas.

Em suma, noticiar sobre os PALOP não significa necessariamente apoiar boas causas ou causas perdidas como muitos querem fazer crer, mas dar a conhecer a verdadeira face de um perfil que ao fim de tantos anos, teima em permanecer na sombra dos países ditos ocidentais. A representação da africanidade falante de por-

tuguês surge em formatos informativos e mediáticos marginais, num contexto que reforça a inferioridade, dando lugar a generalizações excessivamente amplas. Da ‘realidade’ informativa ao estereótipo vai um passo. Educar para os *media* poderá ser uma resposta para aliviar esta situação e contribuir para o desenvolvimento destes países, mas com certeza não será a única.

Referências bibliográficas

- Dicionário da Língua Portuguesa, 6ª ed., Dicionários Editora, Porto Editora
- Abrantes, J. C., (06.03.1994) ‘Educação para os media’, Público
- Abrantes, J. C., (10.09.1994) ‘Mais Leitura, Mais Escola’, Expresso
- Brederode Santos, M. E., (1991) ‘Aprender com a televisão. O segredo da Rua Sésamo’, TV Guia Ed.
- Dourado, A., (2000) ‘Perfil de uma televisão a preto e branco: imagens dos países africanos lusófonos nos jornais televisivos portugueses da actualidade’, Tese de Mestrado
- Gonnet, J., ‘Peut-on évaluer l’éducation aux médias?’, in *Education, Médias, Citoyenneté*, Dossier Coordinné par, Université de Paris VIII, Centre de Liaison de l’Enseignement et des Moyens d’Information (Clemi), policopiado
- Júnior, L., (1999) ‘O jornalismo e o desenvolvimento de África’, in Suplemento Solidariedade, Juventude Operária, nº2
- Mesquita, M., (10.02.1997) ‘O jornalismo em Análise’, Provedor dos Leitores, Diário de Notícias
- Nobre Correia, J.-M., (09.03.1996) ‘Da Diferença à Exclusão’, Expresso
- Pinto, M., (1988) ‘A reforma do sistema educativo e o papel da comunicação social’, in ‘Os mass media e a escola’, Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Seminários, 15 e 16 de Junho 1987, Lisboa.